



CONCURSO PÚBLICO N.º 150/2025/DICP – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, POR LOTES, DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE 37 OBRAS EM SUPORTE PAPEL E DE 2 PINTURAS DE CAVALETE

CADERNO DE ENCARGOS

Parte I - Cláusulas Jurídicas

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.ª | Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **prestação der serviços, por lotes, de conservação e Restauro de 37 (trinta e sete) obras de arte em suporte papel e 2 (duas) pinturas de cavalete, da autoria de Lino António, em óleo sobre tela, pertencentes ao acervo do Município de Leiria.**

Cláusula 2.ª | Preço base

1 - O **preço base**, para a totalidade dos lotes que constituem o objeto do presente Caderno de Encargos, é de **€22.927,65** (vinte e dois mil novecentos e vinte e sete euros e sessenta e cinco cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, distribuído da seguinte forma:

Lote 1 – Conservação e Restauro de 37 (trinta e sete) obras de arte em suporte papel: **€13.372,66** acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Lote 2 – Conservação e Restauro de 2 pinturas de cavalete, da autoria de Lino António, em óleo sobre tela: **€9.554,99** acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2 - O preço base corresponde ao valor máximo a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato.

Cláusula 3.ª | Contrato

1 - O contrato, é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2 - O contrato integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5 - Além dos documentos indicados no n.º 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

**Cláusula 4.ª | Gestor do contrato**

Em cumprimento do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o acompanhamento da execução do contrato será assegurado por um Técnico Superior, da Divisão de Museus e Património Cultural, enquanto Gestor de Contrato.

Cláusula 5.ª | Duração do contrato

1 - O contrato vigorará até à conclusão da prestação de serviços ao contraente público, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2 - O prazo de duração do contrato é contado a partir do dia seguinte à data da sua celebração.

3 - O contrato terá prazo limite de execução de cinco (5) meses.

Capítulo II - Obrigações contratuais**Secção I | Obrigações do prestador de serviços****Subsecção I | Disposições gerais****Cláusula 6.ª | Obrigações principais do prestador de serviços**

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrerão para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de prestar os serviços de acordo com condições fixadas na parte II do presente Caderno de Encargos e de acordo com condições expressas na sua proposta;
- b) Obrigação de não alterar as condições da prestação dos serviços;
- c) Obrigação de não fazer uso de meios publicitários relativos ao contrato, sem a prévia autorização do Município de Leiria;
- d) Obrigação de designar um interlocutor responsável pela gestão do contrato, disponível para prestar o devido suporte, bem como quaisquer alterações a essa designação;
- e) Obrigação de cumprir com a legislação em vigor e demais legislação que, entretanto, venha a ser publicada no âmbito do objeto do contrato;
- f) Obrigação de não ceder a sua posição contratual sem prévia autorização do Município de Leiria;
- g) Obrigação de prestar de forma correta e fidedigna todas as informações referentes às condições em que é prestado o serviço, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justificarem, de acordo com as circunstâncias;
- h) Obrigação de dar resposta aos pedidos de informação efetuados pelo Município no prazo máximo de 2 dias úteis;
- i) Obrigação de no caso de não ser possível o cumprimento do prazo definido na alínea anterior, deverá o adjudicatário informar o Município, apresentado a devida justificação e proposta de calendarização alternativa;
- j) Obrigação de comunicar qualquer fato que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- k) Obrigação de comunicar antecipadamente ao Município de Leiria os fatos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- l) Obrigação de que o manuseamento e intervenção nas obras seja realizado apenas por conservadores /restauradores, com experiência comprovada, especialistas em documentos gráficos ou pintura de cavalete – óleo sobre tela (segundo o Lote a intervir) e com, pelo menos, 10 anos de experiência – comprovado com a apresentação de portfolio na fase da apresentação da proposta. A equipa deve ser constituída por conservadores/restauradores enquadrados pelo estabelecido na Lei 55/2001 de 15 de fevereiro, na Lei 107/2001 de 8 de setembro e no Decreto-Lei de 140/2009 de 15 de



junho, no que concerne às habilitações e competências adequadas às intervenções em Património Cultural Classificado, devendo ser apresentados os currículos e respetivos certificados na fase da apresentação da proposta.

m) Obrigação de cumprir o disposto no artigo 419.º-A do CCP, na atual redação, por força do disposto no n.º 13 do artigo 42.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 451º, do mesmo diploma legal;

2 - A título acessório, o prestador de serviços ficará ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a cargo.

Subsecção II | Dever de sigilo

Cláusula 7.ª | Informação e sigilo

1 - O cocontratante deve prestar ao contraente público todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o contraente público satisfazer os pedidos de informação formulados pelo cocontratante e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.

2 - Salvo quando, por força do contrato, caiba ao cocontratante o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente ao contraente público a satisfação do direito à informação por parte de particulares sobre o teor do contrato e quaisquer aspetos da respetiva execução.

3 - O contraente público e o cocontratante guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

Secção II | Obrigações do Município de Leiria

Cláusula 8.ª | Preço contratual

1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Leiria deverá pagar ao prestador de serviços, os serviços efetivamente prestados, nos termos do disposto na Parte II do Caderno de Encargos e de acordo com os preços constantes da lista de preços unitários da proposta adjudicada.

2 - **O valor total da proposta adjudicada não poderá ser superior ao preço máximo fixado** no presente Caderno de Encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3 - O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

Cláusula 9.ª | Condições de pagamento

1 - As quantias devidas pelo Município de Leiria, nos termos das cláusulas anteriores, deverão ser pagas após a receção, pelo contraente público, das respetivas faturas, no **prazo de 30 dias**, as quais só poderão ser emitidas nos termos abaixo expostos:

Lote 1: Conservação e Restauro de 37 (trinta e sete) obras de arte em suporte papel:

- a) 30% - Com aprovação do diagnóstico mais profundo e da definição da metodologia de tratamento definitiva;
- b) 70% - Com a conclusão do trabalho e entrega de relatório Final da intervenção.

Lote 2: Conservação e Restauro de 2 pinturas de cavalete, da autoria de Lino António, em óleo sobre tela:

- a) 30% - Com aprovação do diagnóstico mais profundo e da definição da metodologia de tratamento definitiva;
- b) 70% - Com a conclusão do trabalho e entrega de relatório Final da intervenção.



2 - As faturas deverão ser enviadas para o Município de Leiria – Divisão Financeira, com a indicação do número do pedido de fornecimento e do compromisso, da seguinte forma:

01.01.2026 a 31.12.2026*	Faturas em formato PDF	Através de correio eletrónico financeira@cm-leiria.pt
	Faturação eletrónica	Através solução EDI, via plataforma SaphetyDoc (www.saphety.com)
(*) A partir desta data deixam de ser aceites faturas em formato PDF.		

3 - Para os efeitos do disposto no n.º 1, a obrigação considerar-se-á vencida com a prestação do serviço efetuado, de acordo com o pedido de fornecimento.

4 - Não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.

5 - Em caso de discordância por parte do Município de Leiria, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6 - Desde que devidamente emitidas as faturas e observado o disposto na Cláusula 8.ª e no n.º 1 da presente cláusula, os pagamentos serão efetuados preferencialmente através de transferência bancária.

7 - Para o bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, e no caso de não ser exigida a prestação da caução, poderá o Município de Leiria, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do artigo 88.º do CCP.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 10.ª | Penalidades contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Leiria poderá aplicar ao prestador de serviços o seguinte regime de penalidades:

- a) Atraso na prestação dos serviços [segundo cronograma definido nas alíneas 1) e 2) da cláusula 2ª da Parte II do Caderno de Encargos para o **Lote 1** e alíneas 1) e 2) da cláusula 4ª da Parte II do Caderno de Encargos para o **Lote 2**] – € 50,00 por cada dia de atraso;
- b) €100,00 por incumprimento de qualquer outra obrigação contratualmente assumida; aplica-se a cada um dos 2 lotes.

2 - Quando as sanções revistam natureza pecuniária, o respetivo valor acumulado não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.

3 - Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Leiria decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Leiria terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Leiria exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 11.ª | Força maior

1 - A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não será havida como incumprimento, pelo que não deverão, nesses casos, ser impostas penalidades ao prestador de serviços.

2 - Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.



3 - Desde que verificados os requisitos do número anterior, poderão constituir casos de força maior, entre outros, os tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

4 - Não constituirão casos de força maior:

- a) As circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) As determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo prestador de serviços, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- c) As manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais pelo prestador de serviços;
- d) Os incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência deste ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) As avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços, não resultantes de sabotagem;
- f) Os eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.

6 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior poderá determinar a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior (mediante recalendarização acordada entre o Município de Leiria e o prestador de serviços) ou o cancelamento da prestação de serviços, decisão que fica na disponibilidade do Município de Leiria, não podendo ser atribuídas quaisquer responsabilidades, mormente indemnizatórias, à entidade adjudicante decorrentes da prorrogação ou do cancelamento da prestação de serviços.

Cláusula 12.^a | Resolução por parte do contraente público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Leiria.

3 - A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte do Município de Leiria com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com incumprimento do contrato.

Capítulo IV – Seguros

Cláusula 13.^a | Seguros

1 - Serão da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.

2 - O Município de Leiria poderá, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 5 dias úteis.

3 - É da responsabilidade do adjudicatário a contratação de seguro de transporte do tipo “prego-a-prego”, que inclui o período de permanência das obras à sua guarda na oficina/atelier ou outro, ou seja, durante o período em que as obras estejam na posse do adjudicatário, caso decida o prestador de serviços realizar a intervenção num local exterior ao Museu de Leiria.



Capítulo V - Proteção de dados pessoais

Cláusula 14.^a | Proteção de dados pessoais

1 - O cocontratante obriga-se a cumprir o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 de 27 de abril de 2016, doravante designado abreviadamente por RGPD, as respetivas normas nacionais de execução e demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, da sua segurança e das relações com o contraente público, na qualidade de Responsável pelo Tratamento.

2 - O cocontratante obriga-se ainda a tratar os dados pessoais a que tenha acesso por força e no âmbito do contrato, de acordo com as finalidades, os meios, as medidas técnicas e organizativas e de segurança, bem como as demais obrigações previamente definidas pelo contraente público constantes do presente caderno de encargos, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios.

3 - Garantir que são adotadas e executadas as medidas técnicas e organizativas adequadas, por forma a que o tratamento de dados pessoais satisfaça os requisitos do RGPD e demais legislação nacional aplicável, e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados.

4 - O cocontratante obriga-se a tomar em conta a natureza do tratamento, e na medida do possível, prestar assistência ao contraente público através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos previstos no capítulo III do RGPD.

5 - Prestar assistência ao contraente público caso seja necessário disponibilizar aos titulares dos dados pessoais informação sobre os seus dados pessoais, prestando toda a colaboração de que o contraente público careça para esclarecer qualquer questão relacionada com a proteção de dados pessoais.

6 - Colaborar com a entidade no sentido da adoção de medidas de resposta ao incidente, na investigação do mesmo e na elaboração das notificações que se mostrem necessárias nos termos da lei.

7 - Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:

- i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
- iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados, quando for obrigatória a sua designação nos termos do artigo 35.º do RGPD.

8 - Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal.

9 - Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato.

10 - Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes.

11 - Caso o adjudicatário seja autorizado pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços objeto do contrato a celebrar, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas, devendo a obrigação de cumprimento da presente cláusula constar do contrato a celebrar entre o Adjudicatário e a entidade subcontratada.

12 - Caso haja cessão do contrato ou termine a vigência do mesmo, o contratante e subcontratantes, caso existam, comprometem-se a eliminar todos os dados pessoais a que teve acesso e remeter ao Município de Leiria declaração onde conste o dia e hora em que essa ação ocorreu.



13 - Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do contrato.

14 - Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.

Capítulo VI - Resolução de litígios

Cláusula 15.ª | Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VII - Disposições finais

Cláusula 16.ª | Subcontratação e cessão da posição contratual

1 - É admitida a cessão da posição contratual pelo cocontratante, nos termos e com os limites previstos nos artigos 316.º e seguintes do CCP.

2 - A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

3 - Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, o adjudicatário está obrigado a assegurar o cumprimento dos requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP, mediante a apresentação de uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da subcontratação no próprio contrato.

4 - A subcontratação está vedada nas seguintes situações:

- a) Quando a escolha do cocontratante tenha sido determinada por ajuste direto, nos casos em que só possa ser convidada uma entidade;
- b) Às entidades abrangidas pelas causas de impedimento previstas no artigo 55.º;
- c) Quando existam fortes indícios de que a cessão da posição contratual ou a subcontratação resultem de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

5 - A entidade adjudicante pode opor-se à subcontratação na fase de execução do contrato quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.

6 - Todos os subcontratos devem conter uma cláusula na qual o subcontratado declara conhecer, integralmente, o presente caderno de encargos, nomeadamente, as cláusulas referentes à subcontratação e ao pagamento direto aos subcontratados.

7 - O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.

8 - A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do adjudicatário, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subcontratados.

Cláusula 17.ª | Responsabilidade

1 - O prestador de serviços responderá, nos termos da lei, por todos os danos ou prejuízos sofridos pelo Município de Leiria, seus trabalhadores, operadores ou terceiros, em consequência da prestação de serviços, devendo para tal celebrar os necessários contratos de seguros, conforme disposto na cláusula 13.ª.

2 - Se o Município de Leiria tiver que assumir a indemnização de prejuízos que, nos termos do presente caderno de encargos, são da responsabilidade do adjudicatário, este indemnizá-lo-á em todas as despesas que, por esse fato e seja



a que título for, houver que suportar, assistindo àquele Município o direito de regresso das quantias que tiver pago ou que tiver que pagar.

3 - O Município de Leiria não responderá por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pelo adjudicatário, salvo culpa comprovada dos trabalhadores daquele Município, no exercício das respetivas funções.

Cláusula 18.ª | Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª | Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.ª | Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação em vigor.



Parte II - Cláusulas Técnicas

Capítulo I - Disposições gerais dos contratos a celebrar:

Cláusula 1.ª | Características, condições e quantidades dos serviços a prestar

O contrato a celebrar prevê a prestação dos seguintes serviços:

1 - Lote 1 – Conservação e Restauro de 37 (trinta e sete) obras de arte em suporte papel:

Serviço	Descrição	Quant.	Unidade de medida
Conservação e restauro de 37 obras, em suporte papel, pertencentes ao acervo municipal	 Autor: Lino António Título: Santo André (?) Data: 1962 Dimensões: 58 x 77,5 cm (com moldura), 44 x 63 cm (sem moldura) Desenho em aguarela sobre papel Nº Inventário: 430 - Desmontagem de materiais de acondicionamento; - Limpeza mecânica de sujidades superficiais com trinchas macias e remoção mecânica da fita-adesiva e resíduos resultantes da mesma, com borrachas de diferentes durezas, bisturis e espátulas; - Execução de testes de solubilidade aos pigmentos; - Limpeza mecânica de sujidades aderentes verso (smoke sponge); - Remoção mecânica de fungos com aspirador de sucção controlada e trincha de cerdas macias/ Inibição de fungos, solução de etanol a 70%; - Limpeza de manchas presentes no suporte/ atenuação das manchas, através de técnicas aquosas com soluções adequadas, como hidróxido de cálcio; - Secagem e planificação do suporte após humedificação prévia, e com pressão; - Consolidação de zonas fragilizadas com papel japonês, cola de amido e um adesivo aquoso, estável e reversível; - Reintegração cromática, caso necessário com aguarela "Windsor & Newton, professional watercolour" ou equivalente; - Realização de passe-partout com cartão acid-free com especificações de conservação (cartão museu); - Fornecimento e colocação em moldura em carvalho com vidro de museu; - Relativamente às características das molduras, estas deverão ser em carvalho e com dimensão de 4cm de largura. Relativamente ao acabamento da superfície da moldura, deverá ser lisa e com cor natural.	1	Unid.
		1	Unid.



Autor: Lino António
 Título: sem título
 Data: 1964
 Dimensões: 46 x 61 cm (com moldura), 32 x 47 cm (sem moldura)
 Desenho em aguarela sobre papel
 N° Inventário: 4414

- Desmontagem de materiais de acondicionamento;
- Limpeza mecânica de sujidades superficiais com trinças macias e remoção mecânica da fita-adesiva e resíduos resultantes da mesma, com borrachas de diferentes durezas, bisturis e espátulas;
- Execução de testes de solubilidade aos pigmentos;
- Limpeza mecânica de sujidades aderentes verso (smoke sponge);
- Remoção mecânica de fungos com aspirador de sucção controlada e trincha de cerdas macias/ Inibição de fungos, solução de etanol a 70%;
- Limpeza de manchas presentes no suporte/ atenuação das manchas, através de técnicas aquosas com soluções adequadas, s, como hidróxido de cálcio;
- Secagem e planificação do suporte após humedificação prévia, e com pressão;
- Consolidação de zonas fragilizadas com papel japonês, cola de amido e um adesivo aquoso, estável e reversível;
- Reintegração cromática, caso necessário com aguarela "Windsor & Newton, professional watercolour" ou equivalente;
- Realização de passe-partout com cartão acid-free com especificações de conservação (cartão museu);
- Fornecimento e colocação em moldura em carvalho com vidro de museu;
- Relativamente às características das molduras, estas deverão ser em carvalho e com dimensão de 4cm de largura. Relativamente ao acabamento da superfície da moldura, deverá ser lisa e com cor natural.



Autor: Lino António
 Título: Apresentação do Menino Jesus no Templo
 Data: 1946 (?)
 Dimensões: 215 x 52 cm
 Descrição Carvão sobre papel
 Proprietário Município de Leiria

- N° Inventário – incorporação recente, por doação
- Desmontagem de materiais de acondicionamento;
 - Limpeza mecânica de sujidades superficiais com trinças macias e remoção mecânica da fita-adesiva e resíduos resultantes da mesma, com borrachas de diferentes durezas, bisturis e espátulas;
 - Execução de testes de solubilidade aos pigmentos;

1

Unid.



	- Limpeza mecânica de sujidades aderentes verso (smoke sponge); - Remoção mecânica de fungos com aspirador de sucção controlada e trincha de cerdas macias/ Inibição de fungos, solução de etanol a 70%; - Limpeza de manchas presentes no suporte/ atenuação das manchas, através de técnicas aquosas com soluções adequadas, como hidróxido de cálcio; - Secagem e planificação do suporte após humidificação prévia, e com pressão; - Consolidação de zonas fragilizadas com papel japonês, cola de amido e um adesivo aquoso, estável e reversível; - Laminação do suporte (verso), com papel japonês de 12 gr/m2 e um adesivo aquoso, estável e reversível para aumentar a resistência mecânica da obra; - Preenchimento de lacunas com papel japonês de 12 gr/m2 tonalizado. - Reintegração cromática, caso necessário com aguarela "Windsor & Newton, professional watercolour" ou equivalente; - Realização de passe-partout com cartão acid-free com especificações de conservação (cartão museu); - Fornecimento e colocação em moldura em carvalho com vidro de museu ou vidro anti-reflexo, colocando um cartão acid free no verso e polipropileno a fechar a moldura. - Relativamente às características das molduras, estas deverão ser em carvalho e com dimensão de 4cm de largura. Relativamente ao acabamento da superfície da moldura, deverá ser lisa e com cor natural.		
	 Autor: Tereza Arriaga Título: [Artista na Fábrica]/ "meninos operários" (32 desenhos) Data: 1945 Dimensões (65 a 66,8) x (44,8 a 50,2) cm (cada) Descrição Carvão sobre papel Proprietário: Município de Leiria Nº Inventário – incorporação recente, por doação - Limpeza mecânica da frente e verso do suporte, com recurso a trinchas macias e borrachas de diferentes durezas, bisturis e espátulas; - Planificação do suporte, de dobras e vincos após humidificação prévia, e com pressão para eliminar vincos; - Consolidação de rasgões e preenchimento de lacunas com papel japonês tonalizado e adesivos aquosos, reversíveis e estáveis. - Fornecimento e colocação dos desenhos em passepartout em cartão neutro com tampa, de modo a ser possível o seu acondicionamento em reserva ou em exposição	1	VG
	 Autor: Tereza Arriaga Título: [Capitão da Areia] (2 desenhos) Data: 1945	1	VG



	Dimensões: 32 x 25 cm (aprox.) (cada) Descrição Carvão sobre papel Proprietário Município de Leiria N° Inventário – incorporação recente, por doação - Limpeza mecânica de sujidades superficiais com trinchas macias - Planificação de dobras e vincos após humedificação prévia, e com pressão; - Fornecimento e colocação dos desenhos em passepartout em cartão neutro com tampa, de modo a ser possível o seu acondicionamento em reserva ou em exposição		
--	--	--	--

2. A proposta deve incluir:

- a) Custos com a mão-de-obra especializada, de conservadores /restauradores com experiência comprovada, especialistas em documentos gráficos com, pelo menos, 10 anos de experiência – comprovado com a apresentação de portfolio. A equipa deve ser constituída por conservadores/restauradores enquadrados pelo estabelecido na Lei 55/2001 de 15 de fevereiro, na Lei 107/2001 de 8 de setembro e no Decreto-Lei de 140/2009 de 15 de junho, no que concerne às habilitações e competências adequadas às intervenções em Património Cultural Classificado;
- b) Custos com a elaboração e entrega de Diagnóstico e de Proposta de Intervenção que contenha a metodologia, e a listagem de materiais a utilizar, com nome comercial e científico e respetivas técnicas
- c) Intervenção de conservação e restauro de acordo com o código deontológico da área da conservação e restauro, obedecendo ao princípio do respeito pela obra de arte, pela compatibilidade, durabilidade e reversibilidade dos materiais constituintes das obras;
- d) Custos com a realização do acondicionamento e transporte das obras, caso decida o prestador de serviços realizar a intervenção num local exterior ao Museu de Leiria;
- e) Custos com os seguros de transporte e de permanência das obras em oficina, caso decida o prestador de serviços realizar a intervenção num local exterior ao Museu de Leiria;
- f) Elaboração e entrega de relatório final, digital, com a descrição detalhada do estado de conservação inicial documentado com imagens, e descrição das intervenções, técnicas e materiais aplicados com a respetiva documentação fotográfica, bem como dados que possam ser relevantes para a conservação da obra ou para o seu estudo e caracterização.
- g) Todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

3. As obras a intervir estão disponíveis para observação no Museu da Leiria, em qualquer dia da semana, mediante prévio aviso, caso se considere necessário.

Clausula 2ª | Cronograma e prazos

Lote 1 – Conservação e Restauro de 37 (trinta e sete) obras de arte em suporte papel:

- 1) **Aprovação do diagnóstico mais profundo e da definição da metodologia de tratamento definitiva** por parte do adjudicatário, a concluir no prazo máximo de 1 mês a partir do dia seguinte à assinatura do contrato.
- 2) **Conclusão do trabalho e entrega de relatório final da intervenção**, a concluir após a entrega do diagnóstico, no prazo máximo de 4 meses após a entrega do diagnóstico.


2. Lote 2 – Conservação e Restauro de 2 pinturas de cavalete, da autoria de Lino António, em óleo sobre tela:

Serviço	Descrição	Quant.	Unidade de medida
Conservação e restauro de 2 pinturas de cavalete pertencentes ao acervo municipal	 Assunto: "Nazareth" Autor: Lino António Técnica: Óleo sobre tela Medidas totais em cm: 93 x 69,5 Data: 1935 - Registo fotográfico documental de todas as faces da peça antes da intervenção e patologias identificadas. - Realização de Imagem espectral da obra - Caso apresente vestígios de pintura no verso, devem ser salvaguardados. - Higienização de todas as superfícies - Fixação pontual da policromia em risco de destacamento; - Execução de "Facing", após realização de teste de solubilidade; - Desengradamento e tratamento da grade, com a execução de chanfros e aplicação de extensores metálicos, com aplicação de agente biocida e inseticida na grade e moldura; - Limpeza do verso da tela com trinchas macias para remoção de depósitos de sujidade superficial. Se necessário e possível, com recurso a borrachas vinílicas ou limpeza química, antecedida de testes de solventes adequados. - Planificação da tela com aplicação de vapor de forma controlada, e pesos nas áreas deformadas; - Tratamento de rasgões e lacunas, com aplicação de bandas em tela de linho de menor densidade. - Remoção do Facing com utilização o solvente utilizado na aplicação; - Limpeza e remoção de vernizes antigos e sujidade, antecedida de teste de solventes - Fixação da camada cromática, com preenchimento e nivelamento de lacunas; - Engradamento da tela - Reintegração cromática das lacunas preenchidas e gastos que se venham a verificar após a conclusão da limpeza, de forma a permitir a leitura estética da obra; - Aplicação da camada de proteção. - Tratamento da moldura com limpeza e remoção de vernizes antigos e sujidades, antecedida de teste de solventes - Consolidação da madeira da grade, com reforço com cavilhas caso necessário e preenchimento dos orifícios provocados por xilófagos. - Reintegração cromática da moldura e aplicação da camada de proteção.	1	Unid.
		1	Unid.



Assunto: "Natividade com Missionário (?)", pelo verso esboço de duas figuras humanas (?)

Autor: Lino António

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas totais em cm: 200 x 97

Referências: Poderá pertencer a um tríptico realizado para a exposição colonial de 1931

- Registo fotográfico documental de todas as faces da peça antes da intervenção e patologias identificadas.
- Realização de Imagem espectral da obra
- Caso apresente vestígios de pintura no verso, devem ser salvaguardados.
- Higienização de todas as superfícies
- Fixação pontual da policromia em risco de destacamento;
- Execução de "Facing", após realização de teste de solubilidade;
- Desengradamento, com aplicação de agente biocida e inseticida na moldura;
- Limpeza do verso da tela com trinchas macias para remoção de depósitos de sujidade superficial. Se necessário e possível, com recurso a borrachas vinílicas ou limpeza química, antecedida de testes de solventes adequados.
- Remoção dos remendos e respetivos adesivos;
- Planificação da tela com aplicação de vapor de forma controlada, e pesos nas áreas deformadas;
- Tratamento de rasgões e lacunas, com aplicação de bandas em tela de linho de menor densidade.
- União e reforço dos rasgões;
- Remoção do Facing com utilização o solvente utilizado na aplicação;
- Limpeza e remoção de vernizes antigos e sujidade, antecedida de teste de solventes
- Fixação da camada cromática, com preenchimento e nivelamento de lacunas;
- Execução de nova grade, extensível, em alumínio e engradamento da tela;
- Reintegração cromática das lacunas preenchidas e gastos que se venham a verificar após a conclusão da limpeza, de forma a permitir a leitura estética da obra, e integração cromática pelo verso nos locais de reforços;
- Aplicação da camada de proteção.
- Tratamento da moldura com limpeza e remoção de vernizes antigos e sujidades, antecedida de teste de solventes
- Reintegração cromática da moldura e aplicação da camada de proteção.

3. A proposta deve incluir:

- a) Custos com a mão-de-obra especializada, de conservadores /restauradores com experiência comprovada, especialistas em pintura de caveleto – óleo sobre tela com, pelo menos, 10 anos de experiência – comprovado com a apresentação de portfolio. A equipa deve ser constituída por conservadores/restauradores enquadrados pelo estabelecido na Lei 55/2001 de 15 de fevereiro, na Lei 107/2001 de 8 de setembro e no Decreto-Lei de 140/2009 de 15 de junho, no que concerne às habilitações e competências adequadas às intervenções em Património Cultural Classificado;
- b) Custos com a elaboração e entrega de Diagnóstico e de Proposta de Intervenção que contenha a metodologia, e a listagem de materiais a utilizar, com nome comercial e científico e respetivas técnicas;
- c) Intervenção de conservação e restauro de acordo com o código deontológico da área da conservação e restauro, obedecendo ao princípio do respeito pela obra de arte, pela compatibilidade, durabilidade e reversibilidade dos materiais constituintes das obras;



- d) Custos com a realização do acondicionamento e transporte das obras, caso decida o prestador de serviços realizar a intervenção num local exterior ao Museu de Leiria;
 - e) Custos com seguros de transporte e de permanência das obras em oficina/atelier, caso decida o prestador de serviços realizar a intervenção num local exterior ao Museu de Leiria;
 - f) Elaboração e entrega de relatório final, digital, com a descrição detalhada do estado de conservação inicial documentado com imagens, e descrição das intervenções, técnicas e materiais aplicados com a respetiva documentação fotográfica, bem como dados que possam ser relevantes para a conservação da obra ou para o seu estudo e caracterização.
 - g) Todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).
4. As obras a intervir estão disponíveis para observação no Museu da Leiria, qualquer dia da semana, mediante prévio agendamento, caso se considere necessário.

Clausula 4ª | Cronograma e prazos

Lote 2 – Conservação e Restauro de 2 pinturas de cavalete, da autoria de Lino António, em óleo sobre tela:

- 1) **Aprovação do diagnóstico mais profundo e da definição da metodologia de tratamento definitiva** por parte do adjudicatário, a concluir no prazo máximo de 1 mês a partir do dia seguinte à assinatura do contrato.
- 2) **Conclusão do trabalho e entrega de relatório final da intervenção**, a concluir após a entrega do diagnóstico, no prazo máximo de 4 meses após a entrega do diagnóstico.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA / A VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA,